

Destaques da Imprensa

O MAIOR DOS GENOCÍDIOS

Quando escrevi – na revista *Época* – que no Brasil o grupo mais discriminado eram os cristãos, nada disse sobre as perseguições que sofriam em escala mundial. Digo agora: nenhuma comunidade humana ofereceu mais vítimas à sanha assassina dos totalitários do que a igreja cristã. Só na Ucrânia os mortos na perseguição religiosa chegaram a 4 milhões. É impossível um cálculo global exato, mas, entre as revoluções francesa, russa, mexicana, espanhola, chinesa e cubana, o número de cristãos que pereceram nas mãos do regime que professou, nas palavras de Lênin, *extirpar o cristianismo da face da Terra*, não foi inferior a 15 milhões. Se isso não foi o mais vasto genocídio da História, a aritmética elementar foi revogada. A maioria dessas vítimas eram ortodoxos, mas a Igreja de Roma não saiu ilesa: *Catholic Martyrs of the Twentieth Century: A Comprehensive World History* (New York, Crossroad Publishing, 2000), o historiador Robert Royal mostra que pelo menos um milhão de católicos foram sacrificados no altar do comunismo.

Esse fato só é ignorado do público graças à omissão proposital da hierarquia romana e dos intelectuais católicos. Estes são hoje um dos esteios da revolução comunista que, partindo da

Colômbia, ameaça alastrar-se por toda a América Latina. Mas não se pode dizer que sua escolha seja individual e extra-oficial. Em 1962, na cidade francesa de Metz, emissários do Vaticano e do Governo de Moscou assinaram um acordo secreto pelo qual a Igreja se comprometia a não fazer, durante o Concílio Vaticano II, nenhuma condenação ao comunismo. O pacto, inicialmente desmentido pelas autoridades vaticanas, foi revelado pelo arcebispo de Metz e depois confirmado por *La France Nouvelle*, boletim do Partido Comunista Francês, pelo diário católico *La Croix* e pelo próprio Cardeal Tisserant, encarregado pela Igreja de assinar o documento e zelar pela sua aplicação. Daí por diante, todas as acomodações e cumplicidades com os assassinos de cristãos tinham, por assim dizer, a chancela conciliar. Por isso é que, mais exatas ou menos exatas, as acusações ciclicamente repetidas de que o Vaticano foi omissos ante as perseguições de judeus não me espantam: por que é que o pastor há de proteger as ovelhas do vizinho, quando com tanta solicitude entrega ao lobo as suas próprias?

Os judeus, ao organizarem-se mundialmente para honrar seus mortos, fizeram algo mais do que agir na defesa de seu próprio direito: agiram no interesse da espécie humana, fazendo da insisten

te rememoração dos crimes da II Guerra um baluarte contra a revivescência, do totalitarismo nazista. Cumpriram seu dever para com todos nós que, nascidos depois do Holocausto, poderíamos ter-nos deixado enganar pelas promessas de novos tiranos salvadores se a memória de seus feitos hediondos tivesse se apagado com o tempo em vez de nos ferir os olhos e alertar o coração a cada vez que nos chegam novos e novos documentos sobre esses fatos. Contra o comunismo os judeus também não se calaram. Devemos a autores judeus algumas das primeiras e mais dramáticas revelações dos horrores por trás da Cortina de Ferro. Arthur Koestler, ex-agente do Comintern, tornou-se objeto de ódio mundial dos comunistas ao descrever a técnica da destruição psicológica dos acusados nos Processos de Moscou. Menahem Begin deu-nos o conhecimento do que se passava nos campos de concentração soviéticos na época em que Stalin brilhava nas telas do Ocidente com a melhor alternativa a Hitler. E não pensem que, ao revelar essas coisas, eles tentam poupar os membros da sua própria comunidade envolvidos em cumplicidade com o comunismo. Ainda recentemente, os editores dos escritos do rabino Itzhak Schneerson, o grande líder espiritual preso, torturado e exilado pelos comunistas, não hesitaram em denunciar que entre os mais ferozes repressores do judaísmo na Rússia estavam os membros da famigerada Seção Judaica do Partido Comunista, que se prevaleciam de suas ligações de língua e parentesco para servir de espíões e dismantelar a comunidade judaica por dentro.

Por que os católicos não têm idêntica coragem de cortar na própria carne para expelir do seu meio os devotos de São Guevara? Será que estes se tomaram maioria entre os fiéis, como já o são na CNBB?

Mas o exemplo de coragem não vem só dos judeus. Vem também dos protestantes, como o pastor Richard Wurmbrand. Este notável homem espiritual romeno teve destino análogo ao do rabino Schneerson: 16 anos de cárcere, incontáveis torturas depois confirmadas por uma comissão médica da ONU. Espantado com a ênfase mais anti-religiosa do que anticapitalista da propaganda comunista na prisão, ao ver-se livre ele se dedicou a pesquisas históricas que resultaram na descoberta de que Karl Marx nem sempre fora um adepto do materialismo, mas andara metido num culto satanista e, segundo depoimento de sua empregada e amante Helene Demuth, fazia estranhos ritos dentro de casa. Publicados estes achados em *Marx and Satan* (Bartlesville, Oklahoma, The Voice of the Martyrs, 1986), o livro tornou-se um sucesso de distribuição clandestina nos países comunistas, ao mesmo tempo que, no Ocidente, os intelectuais de esquerda, inclusive católicos, faziam o possível para abafar sua difusão e a discussão séria de suas revelações.

De que adianta proclamar que o catolicismo tem o monopólio da salvação, se tantos e tão ilustres são entre os católicos os que servem ao império da danação?

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 09.09.00, e assinada pelo jornalista e filósofo Olavo de Carvalho.)

CHORE, ARGENTINA

Um enfadado economista do FMI, citado pelo *New York Times*, chamou a Argentina de *país incapaz de levantar os ânimos de seu próprio povo*. Caso de psicologia social, não de *ajustes* ou enquadramento no consenso de Washington, o FMI, avisou, não tem ferramentas para lidar com isso. O Presidente Fernando de la Rúa, confrontado com números dando o tamanho da fuga de jovens em busca de vida melhor em outras paragens, falou em *histeria adolescente*. No primeiro semestre o consulado da Itália em Buenos Aires deu 7 mil passaportes a descendentes de italianos dispostos a fazer o caminho inverso de seus pais e avós. Em 99 foram 7 mil o ano inteiro. Filas enormes nos consulados da Espanha, *la Madre Pátria*, e dos Estados Unidos, a viagem ao sonho americano. Psicólogos apontam angústias e incertezas. Os que fogem têm na ponta da língua razões objetivas. Desemprego, arrochos, empobrecimento, políticos corruptos, enriquecimento desenfreado de uns poucos num país cuja classe média chegou a representar quase a metade da população etc..

Um mestre em gastronomia, dos Estados Unidos, relacionou a Argentina entre os países que ensinaram o mundo a comer carne. A Argentina continua sendo um dos maiores produtores de alimentos e 55 crianças, por dia, morrem de fome. Foi um dos motes da terceira greve geral contra o governo de la Rúa. A Argentina tem petróleo e sofre os efeitos da crise do petróleo, a economia se desaquece numa terra cada vez mais aquecida e as exportações sofrem. Somem os dólares, a macro-

economia se desarranja, sem que faltem alimentos. Continuam brotando em solos generosos.

Por que então crianças morrem de fome? Por que proliferam os *comedores* populares, incapazes, mesmo assim, de atender a todos os pedintes de um prato de comida? Estes se multiplicam mais rapidamente. A FAO enunciou com terrível clareza. Fome não é questão de falta de alimentos, mas de renda. Não importam o número e os êxitos de revoluções verdes ou transgênicas feitas para produzir safras em condições de atender às necessidades da espécie humana. Se não tem dinheiro, não come. Estoques apodrecem em manobras especulativas ou por falta de clientes com poder de compra.

A Argentina, um dos celeiros do universo com famintos entre montões de gordas sacas, é exemplo de um dos contornos mais cruéis da perversidade humana. O FMI não tem nada a ver com isso? A Argentina figurou entre os 15 países mais ricos e está a ponto de dar calote em credores. O voto tornou-se universal em 1912, em 1915 a candidatura de Irigoyen mobilizou o eleitorado urbano e derrotou os partidos oligárquicos. É um galardão. O país de San Martín foi o primeiro do continente a ter uma classe média politicamente organizada. Ela tirou do poder, nas urnas, os herdeiros da Coroa espanhola.

A reforma universitária, em Córdoba, disseminou no resto da América Latina uma quase religião, a autonomia das universidades. Salário mínimo e tempo máximo de jornadas de trabalho nos anos 20. Hoje, além de famintos antes impen-sáveis, são jovens desesperançados e

desmobilizados, tomados pela idéia de fuga, e velhos cansados de uma política que *encheu as barrigas de uns poucos ratos*. O que aconteceu? Longevidade golpista? *Fratuza na evolução da sociedade argentina*, segundo o Centro de Pesquisas Sociais sobre o Estado e a Administração, de Buenos Aires. Isto é, mais e mais pobreza.

O pecado original, diz o estudo, foram *Joe y sus muchachos*, a equipe econômica dos anos 70 comandada por José Martínez de Hoz, que livrou a Argentina da *irresponsabilidade fiscal do nacional-populismo*. Contraindo salários e escancarou a economia, só possível, afirmava-se, com ditaduras e mãos de ferro. Em 89, quando assumiu, Meném disse que *a dor, a violência, o analfabetismo e a marginalidade golpeiam as portas de 9 milhões de argentinos*. Convocou para o *nascimento de novos tempos, novas oportunidades, talvez as últimas*. Em cinco anos a pobreza duplicou numa Argentina de linhagem européia, antes orgulhosa de sua coesão social.

As ditaduras se foram, não as mãos de ferro. O FMI não tem nada a ver com todas essas matérias de *psicologia social*?

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 04.12.00, e assinado pelo jornalista Newton Carlos.)

UM DIA QUALQUER

Nenhum homem se parece menos com Robinson Crusoe do que o do século XIX. Nenhum veio ao mundo mais apercebido de armas e recursos para ferir com vantagem a luta pela existência.

Assim rezava o extenso editorial publicado pelo *Estado de S. Paulo* na terça-feira, 1ª de janeiro de 1901, e reproduzido pelo jornal há uma semana, no último dia 31. Não sei quem escreveu esse notável editorial de há um século, mas estou certo de que não tivemos nada de melhor e mais ilustrativo para ler na recente dobra do milênio.

Outrora, conta ele na sua ortografia antiga e arrevesada, *gastavam-se sessenta a setenta dias numa viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro. Hoje, transpõe-se essa distância em onze dias. Outrora, era uma temeridade projetar somente uma viagem de Madri a S. Petersburgo, por terra. Hoje, concebe-se num dia esse projeto temerário, e, três ou quatro dias depois, está ele realizado.*

Outrora, uma pessoa que se achasse no Japão só se podia comunicar com outra, que estivesse na França, pelo correio, tão lento como o deslize de um navio a vela, tão trôpego como o chute de uma mula cansada. Hoje, as comunicações fazem-se pelo telégrafo. Tão prontas como clarões de relâmpagos. Outrora, o som da voz humana extinguiu-se a alguns metros do homem que a emitia. Hoje a eletricidade transmite-a, clara, distinta, a léguas e léguas de distância.

Outrora, receava-se que o dispêndio sempre crescente do carvão viesse afinal a paralisar, numa crise sem remédio, o desenvolvimento das indústrias. Hoje, já esses receios vão-se apagando. A água fria também produz força motora, como o fogo.

E não só a água fria. Além dos editoriais de jornal, outras pessoas são também capazes de registrar a passagem dos séculos e, até, de fornecer recursos e dinheiros para que essa passagem se realize

e se apresse. Uma dessas pessoas é o indiano Vinod Khosla, aluno do Instituto de Tecnologia de Nova Déli, mais tarde doutorado em Stanford, na Universidade Carnegie Mellon.

Khosla é o mais famoso money guy do mundo da fibra ótica, fundador da Sun Microsystems e financiador de companhias como Corvis e Juniper Networks. Daqui a mais 20 anos, diz ele, o mundo terá mudado tanto quanto mudou nos últimos cem anos, de 1900 para cá. Em 1900, a grande maioria dos trabalhadores, cerca de 90%, labutava no campo, em tarefas agrícolas. Hoje, esses trabalhadores são apenas 3% da força de trabalho e alimentam a nação inteira, que cresceu enormemente. Iniciamos, agora, um ciclo que vai terminar com menos de 10% da força de trabalho na indústria e na manufatura; todo o resto estará dedicado aos setores de serviços e conhecimento.

Robôs cuidarão da maior parte das atividades manufatureiras, aduz Khosla; daqui a 20 anos, 90% das conversas na Internet serão entre computadores, trocando informações e dados, e não entre humanos. Haverá, no mundo, 50 bilhões de computadores. Teremos mais chips do que baratas, pulgas e percevejos; haverá chips nas roupas, nas máquinas de fazer café, nas agendas...

Embora Vinod Khosla não se refira aos progressos da medicina, pode-se prever que haverá chips também (talvez chips líquidos) inseridos no fígado, no cérebro ou na supra-renal de doentes crônicos e de pessoas de terceira idade; e, até, provavelmente, em atletas submetidos a esforços exagerados, como maratonistas, entre outros.

Será que o Comitê Olímpico Internacional aceitará em suas competições atletas chipados? Ou serão os chips considerados doping? Eis aí uma questão que certamente não escapará às luzes dos editorialistas e *pundits* do futuro. Desde já, entretanto, permito-me considerar duas questões que parecem hoje dominar o progresso humano sobre a terra. Caminhamos sobre os trilhos de um paradoxo: à medida que conhecemos melhor a natureza e vamos descobrindo os seus mais recônditos segredos, mais nos afastamos dela, mais artificiais nos tornamos, menos naturais e mais *engenhados* vão se fazendo os nossos corpos e o nosso modo de vida. Eis aí o que não é apenas um paradoxo, mas uma verdadeira maldição da qual a moderna Humanidade não escapa: o que caracteriza o humano é o domínio da natureza; mas o domínio da natureza torna, inescapavelmente, o mundo (e o próprio homem) cada vez menos natural, cada vez mais produzido e fabricado, artificial.

A segunda questão é decorrente (como tudo o mais) da primeira. Fabricamos robôs cada vez mais perfeitos. Por outro lado, começamos agora a clonar embriões humanos, o que nos permitirá aperfeiçoar crescentemente também os seres humanos. A consequência previsível desse duplo avanço é uma só.

Um dia qualquer, ao longo desse milênio que agora se inicia, robôs e humanos se encontrarão, como as célebres paralelas que se encontram no infinito, tão perfeitos e tão bem acabados ao ponto de se poderem trocar uns pelos outros, de acordo com as preferências e inclinações pessoais dos seus pais ou progenitores, ou fabricantes.

Podemos talvez chamá-los, esses seres do futuro, de rob-humanos, ou simplesmente robumanos. Serão eles de esquerda ou de direita, eleitores do PT e do Lula, ou do ACM? O que parece certo é que terão todos pelo menos três sexos, se até lá não inventarem mais algum.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 07.01.01, e assinado pelo jornalista Fernando Pedreira.)

GUERRILHA, NARCOTRÁFICO, POLÍTICOS E MÍDIA ESQUERDISTA COLABORAM ENTRE SI. MERO ACASO?

Em outubro do ano passado, a NBC noticiou que uma carga de armas expedida pela máfia russa para a guerrilha colombiana havia passado pelo aeroporto de Amã, na Jordânia, sob os olhos cúmplices de funcionários subornados. Investigando mais, a repórter Sue Lackey descobriu que não se tratava de fato isolado: a intervalos regulares, aviões IL-76, partindo da Ucrânia, levavam fuzis AK-47 para entregar às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Voltavam trazendo 40 toneladas de cocaína cada um. Parte da droga ficava em Amã, para pagamento dos diplomatas latino-americanos que intermediavam a operação. O restante era distribuído na Europa e no Golfo Pérsico.

Divulgada a notícia em 9 de abril, dois dias depois o presidente colombiano Andres Pastrana e a secretária de Estado americana Madeleine Albright confirmavam que a rede estava sendo investigada.

Embora entre os personagens provavelmente envolvidos na operação a NBC

apontasse o traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar, as Farc continuaram recebendo no Brasil tratamento cortês. Seu representante, Hernan Rodriguez, foi até hóspede oficial do governador gaúcho Olívio Dutra e teve com ele uma longa conversa a portas fechadas, gabando-se, em entrevista, de estar totalmente seguro no território brasileiro – tudo isso poucos dias depois de noticiado o embarque de fuzis em Amã. Coincidência ou não, a atuação de Fernandinho Beira-Mar no esquema tinha como base, segundo a NBC, uma cidade do Rio Grande do Sul. Mas as coincidências começam a tornar-se demasiado felizes no caso do ex-chefe do serviço secreto do Peru, Vladimiro Montesinos. Logo depois de conseguir estourar um elo da conexão que operava em território peruano, Montesinos foi denunciado na imprensa por tentativa de suborno e caiu em desgraça, precipitando uma crise nacional.

Para maior glória do sincronismo junquiano, ao mesmo tempo o *establishment* midiático esquerdista e um vasto círculo de entidades de *direitos humanos* nos Estados Unidos se mobilizavam para condenar maciçamente a decisão governamental de dar mais ajuda militar para o combate à guerrilha colombiana. Eu seria o último a negar o poder das coincidências na História. Mas não vejo por que fazer delas um dogma e proibir a averiguação de conexões que não apenas são logicamente razoáveis, como têm um precedente histórico bem eloqüente: na Guerra do Vietnã foi a ação conjugada das drogas e da mídia colaboracionista que paralisou os EUA. A abertura dos arquivos da KGB mostrou que isso não tinha sido pura reação espontânea da sociedade americana,

mas o resultado de uma ação mundial dirigida a partir de Moscou e Pequim.

É insensatez imaginar que, com a queda da URSS, o movimento comunista internacional tenha se desmanchado como por encanto, em vez de, como qualquer exército em retirada, buscar imediatamente reagrupar-se para preparar uma surpresa. Um bilhão e trezentos milhões de seres humanos vivem ainda sob o domínio comunista, a guerrilha avança a passos largos na América Latina e, por toda parte, a esquerda aperta os laços com que controla a vida cultural e inibe a circulação de informações. Qual a desculpa, então, para eludir investigações e apostar tudo, cegamente, na loteria das coincidências?

(Reprodução de artigo publicado na revista *Época*, edição de 23.09.2000, e assinada pelo jornalista Olavo de Carvalho.)

O AVANÇO DO CRIME TRANSNACIONAL

Realizado recentemente com a presença de promotores de 42 países, o I Congresso Mundial do Ministério Público foi encerrado com uma advertência. Se os governantes do mundo inteiro não adaptarem suas leis penais para as novas formas de delito surgidas com a revolução da informática, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro e o terrorismo desmoralizarão o Judiciário e comprometerão a soberania dos Estados.

Atualmente, o faturamento do crime transnacional já é superior ao Produto Interno Bruto brasileiro, o que o torna a *8ª economia mundial*. Além disso, com a desagregação da União Soviética,

as máfias russas passaram a buscar novos mercados obrigando as organizações criminosas dos demais continentes a ampliar seu poder de intimidação, chantagem e corrupção para não serem derrotadas pela concorrência.

Só na Itália, a Cosa Nostra siciliana tem 180 clãs, 5,5 mil *homens de honra* e mais de 3,5 mil *soldados*. A Camorra, de Nápoles, conta com 7 mil integrantes organizados em 145 clãs. Atuando na Costa Adriática, a Sacra Corona Unita dispõe de mil homens. E a máfia calabresa, a N'Drangheta, tem 5 mil membros sob controle de 80 clãs. Como elas, as máfias russa, chinesa, japonesa e colombiana também têm ramificações nos Estados Unidos e no Brasil.

O levantamento da atuação dessas organizações criminosas é da Interpol. No CD-ROM por ela editado na Alemanha, há mais de 100 mil entradas sobre redes de crimes e seus integrantes, com dados oriundos de 177 países. Todas contam com estruturas financeiras para legalizar seus lucros e competentes executivos para aplicá-los. No caso dos crimes econômicos transnacionais, 90% deles são de autoria conhecida. Mas o anacronismo das leis penais e processuais da maioria das nações impede que sejam processados e condenados.

Como a modernização dessas leis e a transnacionalização da legislação penal esbarram em omissões políticas e desconfianças culturais, a polícia e a Justiça estão sendo desafiadas pelo crime transnacional. E, como afirmaram os representantes do FBI e da Justiça italiana, essa situação irá agravar-se se os países continuarem insistindo em combater esses crimes isoladamente.

Por isso, quanto mais tempo se adiar a remoção dos entraves legais que impedem o combate transnacional ao crime transnacional, mais esse ganhará condições de se impor às nações que teimam em coibi-lo por meio de códigos superados e tribunais ineptos.

(Reprodução de editorial de *O Estado de S. Paulo*, edição de 12.10.2000.)

A CÚPULA SUL-AMERICANA

Por convocação do Presidente Fernando Henrique Cardoso se reunirá, em Brasília de hoje ao dia 2 próximo, a primeira reunião de cúpula dos presidentes dos países da América do Sul. É surpreendente o fato de que somente nos últimos meses do século XX venham a se reunir, formalmente, os presidentes sul-americanos para tratar de seus interesses comuns. Tal circunstância é, por si mesma, medida do longo e deplorável estado de alienação a que estiveram historicamente submetidos os países da região. Alienação e subdesenvolvimento são condições que reciprocamente se condicionam.

O fato, entretanto, de que a oportuna iniciativa do Presidente Cardoso tenha sido pronta e entusiasticamente acolhida por todos os países da região demonstra, por outro lado, que nela se instalou novo estado de espírito e que há motivos para se esperar que a próxima cúpula presidencial não seja mero exercício de retórica e sim o ponto de partida para a emergência de um grande sistema sul-americano de cooperação econômica e política.

Encontra-se o norte da América Latina, ao se iniciar o século XXI, ante a circunstância de que o extraordinário poder de gravitação da maior potência do mundo englobou, dentro de sua área de predomínio, formalmente, o México e, informalmente, a América Central. O Nafta, entretanto, representa para o México uma condição positiva, porque imprimiu regulamentação institucional a um preexistente estado de fato, decorrente de um regime de integração inevitavelmente gerado pela imensa fronteira terrestre comum. O recente desenvolvimento mexicano e a extraordinária expansão de suas exportações são reveladores dos benefícios que auferiu do Nafta.

Tais vantagens, todavia, não decorrem da mera formação, como instituição, de uma área de livre comércio, e sim do fato de que esse arranjo institucional, entre um país de abundante e barata mão-de-obra, na imediata vizinhança territorial da maior potência econômico-tecnológica do mundo, conduziu seu crescente número de empresas a produzir no México, para consumo dos norte-americanos, bens que na nova localização foram produzidos a menor custo.

A América Latina do sul se encontra em situação totalmente distinta. O custo do transporte de países distantes até os centros consumidores norte-americanos anula as vantagens que decorreriam do emprego de mão-de-obra mais barata. O que leva os Estados Unidos a propor, sob a forma de Alca, a extensão do Nafta aos países da América do Sul, não é o propósito de neles produzir bens exportáveis, mas, diversamente, é captar para o sistema produtivo americano o imenso mercado sul-americano (leia-se, brasileiro) que, distintamente do norte-ameri-

cano, atualmente super-saturado de bens duráveis de consumo, tem o mais amplo potencial de crescimento do mundo.

Importa assim compreender, por um lado, que se a América Latina continua constituindo uma realidade histórico-cultural da mais alta significação, que se deve defender e reforçar, notadamente no relacionamento da América do Sul com o México, por outro lado, não representa uma entidade economicamente operacionalizável. Operacionalizável é a América do Sul. Isso não obsta a que o Mercosul venha a fazer acordo de livre comércio com o México, isoladamente. Mas obsta a que o México entre nesse possível acordo como parte do Nafta.

Os países sul-americanos se defrontam, ao se iniciar o século XXI, com limites extremamente estreitos para que logrem assegurar historicamente sua viabilidade nacional. Não dispõem, para tal, de mais de duas décadas, como prazo para que ultimem seu retardado processo de desenvolvimento. O que é mais grave, entretanto, é que não dispõem senão de um par de anos para que preservem condições de permissibilidade internacional para uma autônoma promoção de seu desenvolvimento nacional.

A formação de um sistema sul-americano de livre comércio e de coordenação política constitui o último recurso de que dispõem os países para que não se convertam, dentro de prazo dramaticamente exíguo, em meros segmentos do mercado internacional, comandados, desde fora, pelas matrizes das multinacionais que dominem suas economias e potências sob cuja jurisdição estas se encontrem.

Tem o Presidente Fernando Henrique Cardoso plena consciência de que, para que

os países sul-americanos logrem, até, no mais tardar, o horizonte de 2020, um nível satisfatório de desenvolvimento nacional necessitam, a curtíssimo prazo, de se assegurar as margens de autonomia internacional para tal indispensáveis. Aderir a Alca nas presentes condições, significa abdicar de um projeto nacional autônomo e perder as possibilidades de verdadeiro desenvolvimento futuro, condenando os povos da América do Sul a serem indígenas do século XXI. Diversamente, construir um sistema de livre comércio e de coordenação de políticas externas abre, para os países da região, a oportunidade de elevarem significativamente sua capacidade produtiva e sua competitividade internacional nos próximos 20 anos.

Não se deve esperar da próxima cúpula presidencial, como primeiro intento de uma reflexão coletiva dos países da região, que dela surja, formalmente, a instituição de um sistema sul-americano. O que se pode e deve esperar, como foi recomendado pelo seminário preparatório de alto nível acadêmico, realizado também em Brasília, é que, da cúpula sul-americana, surja o propósito de se constituir tal sistema, adotando-se, para esse efeito, as convenientes medidas organizatórias.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 31.08.2000, e assinado pelo cientista político Hélio Jaguaribe.)

EM TORNO DOS 500 ANOS

Não faz sentido alimentar polêmicas que levam a lugar nenhum em tomo das comemorações do quinto centenário do Descobrimento. Mas a verda-

de é que, para certos organismos e para o gosto de alguns intelectuais, não se deveria comemorar os 500 anos da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro, porque, dizem eles, não existem motivos para comemorar. Pelo contrário, com o encontro de 1500 inicia-se o processo de espoliação e de violência, é quando os indígenas perdem a paz e as terras, começa o saque das riquezas pela metrópole europeia e o tráfico da escravatura.

Essa é a posição de entidades que não têm nenhum compromisso com a História e que se intitulam defensoras dos direitos dos índios e dos negros. A elas aderiu a chamada *inteligentzia* amarga e ressentida, que tem a tendência de analisar a era colonial à luz dos princípios contemporâneos, sem levar em conta o tempo e os condicionalismos em que se desenvolvem os fatos históricos em cada época.

O objetivo desses movimentos, como aconteceu no México com as celebrações colombianas, ou mais recentemente na Índia, com a oposição do Governo de Nova Délhi a qualquer liturgia relacionada com o centenário, da viagem de Vasco da Gama; é reduzir tudo aquilo que possa valorizar a presença do branco – ou melhor, do português – no processo de construção do Brasil.

Comemorar é recordar em conjunto, e, naturalmente, o alvo das comemorações não pode ser a pilhagem e a segregação étnica, o erro é a ignomínia das classes dirigentes, o abuso e a exploração, mesmo quando existiram.

Como também não pode ser o esmagamento dos autóctones e o calvário dos navios negreiros, a cilada e a traição, o cativo e a preagem dos nativos nas entradas e bandeiras. Comemoram-se a che-

gada e o achamento, a subida dos dois tupiniquins à nau capitânia e a Primeira Missa de frei Henrique de Coimbra, o deslumbramento das tripulações ante a beleza do que viam e o anúncio da Descoberta pela carta de Caminha, a epopéia e a grandeza deste país que nasce português.

É como se estivéssemos a celebrar um aniversário em família: ninguém vai, nesse dia, em torno da mesa, falar das placas da sífilis, ou lamentar que dos progenitores não se recebeu os gens dos olhos azuis e dos cabelos louros...

No âmbito das celebrações do 5º centenário, o que interessa é mostrar o orgulho pelo que somos – e trazer à memória os que contribuíram, não importa a origem, a cor, a religião, com seu sangue e seu trabalho, seu sonho e seus ideais, para sermos o que somos e chegar onde chegamos.

Isto não significa que tenhamos de transformar a efeméride numa apologia sinfônica e esquecer o sofrimento e a destruição, ou deixar de lamentar as perdas e os desvios dos reinóis, ou não criticar o passado, ou perder a oportunidade de refletir sobre o futuro.

A vida dos povos compõe-se de tudo: de momentos felizes e crepúsculos tristes, de altos e baixos, de sístoles e diástoles, de coerências e contradições, de acertos e descaminhos, de glórias e vergonhas. Seria, entretanto, um contra-senso não comemorar os 500 anos de existência deste país, como querem alguns, sob o pretexto de que não há nada para comemorar, ou, então, como preconizam outros, se as comemorações são inevitáveis, que se façam – mas que se façam pelo avesso: comemorem-se o drama da colonização, a

morte dos índios e o martírio dos negros, as assimetrias e o latifúndio, a exploração do trabalho escravo e a centralização administrativa, a evangelização à força e as derramas d'el-rei, a aristocracia rural e o eurocentrismo, a pilhagem e a destruição do meio ambiente.

Ora, *ninguém defende que se esqueçam as mazelas do tecido histórico e que se olhe somente para o que deu certo*: a geografia de Tordesilhas e a unidade territorial; a difusão da língua e o triunfo sobre os trópicos, como não aconteceu noutra lugar; a democracia racial e a cristianização – o Brasil que nossos maiores sonharam e o Brasil que temos. Mas decerto seria triste que deixássemos passar os 500 anos sem festa e sem reflexão, sem um olhar para o percurso de um país que soube vencer desafios que outros não venceram, sem uma ponta de emoção pelo Brasil que aí está – e que é nosso.

A estigmatização do passado é recorrente dos que têm vergonha de sua brasilidade – e esses, ácidos por natureza, ao nascer já amaldiçoavam o colostro do seio da mãe... Como diria Fernando Pessoa na *Elegia da Sombra – pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente*.

(Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 30.03.00 e assinado pelo empresário A. Gomes da Costa.)

A FORÇA AÉREA E O SEU FUTURO

A deterioração do material aéreo da FAB, muito noticiada ultimamente, vem ocorrendo de longa data e é inadiável enfrentá-la. É um processo com-

plexo e cabe analisá-lo sob a angulação técnica e com a racionalidade que exige, jamais sob quaisquer outros estímulos, como é às vezes feito, por se tratar de matéria de alto interesse da defesa nacional.

A definição de novos programas e projetos (aquisição e/ou revitalização-modernização que se destinam ao uso militar, em que pese a sofisticação que possa ser empregada para a solução dos problemas, estará sempre eivada de projeções, estimativas, previsões e, principalmente, extrapolações. Há que se manter sempre, em mente que tal definição é feita para material que entrará em serviço seguramente uma década após esboço dos requisitos preliminares. Que, durante esse exercício intelectual, será feita uma incursão em territórios cujo avanço tecnológico pode, apenas ser prognosticado com base nos dados disponíveis no dia: armas, táticas, aerodinâmica, motores, metalurgia e, até mesmo, geopolítica e geoestratégia nacionais. Com certeza, o único elemento imutável em toda a problemática é o fator humano e seu comportamento.

Os dias em que uma Força Aérea (por maior que fosse) desativava seus aviões com alguns poucos anos e horas de serviço, em troca de novos modelos ou versões já pertencem ao passado histórico. E saudoso.

Na realidade – e o mercado aí está para provar – é bem mais simples e fácil encontrar compradores para uma plataforma já provada em serviço (mesmo que seja recondicionada, modernizada e revitalizada) do que mobilizar sócios usuários para compartilhar dos riscos de desenvolvimento e implantação de novas máquinas, ou dispostos a despendar fortunas para renovar suas frotas aéreas com aeronaves no-

vas. Mesmo entre os países do Primeiro Mundo, são pouquíssimos os que se dão ao luxo de implantar aviões novos....

Esta é uma situação que não só enfrentam os usuários/compradores como os próprios fabricantes/fornecedores. Acresce a tudo isso o fato que, na medida que ocorre o envelhecimento dos aviões, a inclinação natural da escolha recai sobre um novo produto. Entretanto, novas fórmulas normalmente custam fortunas, o que reduz a quantidade a produzir ou até mesmo impossibilita o lançamento do novo programa. Mesmo para os países do Primeiro Mundo (vide o AMX ítalo-brasileiro, o Eurofighter europeu etc.).

Por essas e por outras razões, o mercado mundial comprador da indústria aeronáutica tende ponderavelmente para a modernização/revitalização dos seus produtos (aviões e sistemas), o que compele o complexo industrial mundial a se organizar para atender a essa nova demanda.

No panorama apresentado, não são os *dobradores de chapa* (fabricantes) que levam o melhor bocado, e sim os industriais de equipamentos e sistemas, já que as *caixas-pretas* envelhecem mais rapidamente que as células... E é nessa hora que os fornecedores de calculadores de tiro, visores, radares, sistemas de comunicação/navegação/ataque, telas multifunção etc. são beneficiados. Mas, ao mesmo tempo, aparece um fantasma terrível, que impõe restrições ao processo: ele se denomina integração de sistemas, que, em certo aspecto, ganha peso específico superior ao da modernização da célula propriamente dita. Isso tem limitado o acesso de pretendentes a esse cobiçado novo campo de atividade industrial, que é a moderniza-

ção de material militar. E que pode vir a ser o problema da indústria aeronáutica brasileira... se já não o é!

Em termos gerais, toda a frota da FAB (aviões de combate ou não) atingiu seu limite gerontológico. Ou seja, no romper destes anos 2000, praticamente todos os aviões em serviço estarão em obsolescência ou em dasativação.

Independentemente da existência ou não de recursos, este é um fato que deve ser considerado urgente e impõe a adoção de medidas emergenciais, cujos resultados práticos ocorrerão somente a partir dos próximos cinco/sete anos. O que significa que as decisões tomadas hoje tomarão corpo a partir de 2005, que é a data em que aeronaves do tipo F5E, F103, C130, Buffalo, C91, VC93, T25, T27 e, principalmente, os AT26 estarão em total agonia. Até mesmo o *novo* AMX adentrou o mesmo processo, por não ter sido submetido ao seu *mid life update*...

Partindo da premissa que inexistem recursos para aquisições de aeronaves novas e que as modernizações/revitalizações são mais palatáveis do que aquisições, parece imperioso priorizar e dar partida imediata ao processo. Assim mesmo, adotando o caminho de menor impacto financeiro, é fácil perceber que o montante dos programas de revitalização necessários, a curto prazo, ascende a centenas de milhões de dólares, numa época em que recursos para prover a subsistência da própria tropa são *decisões postergadas*, que o Governo vem adotando há muito tempo...

Pelo que se percebe, portanto, a *solucionática* da problemática de reequipamento tem sido perigosamente retardada nos últimos anos, e a FAB, em vez de

economicamente se modernizar e voltar a voar, será conduzida a uma aquisição direta intoleravelmente cara, financeiramente inaceitável! Para um observador atento, qualquer que venha a ser a opção (adquirir/revitalizar/modernizar), o imprescindível é sustar imediatamente a morte a que está sendo submetido todo o material aéreo de combate do Brasil. Necessitamos ações e não omissões que, além de retardar as decisões, produzem o criminoso contingenciamento dos recursos orçamentários, a despeito das repetidas promessas do próprio Governo!

E, mais ainda, necessitamos a eliminação da postura *dupla face* que vem sendo adotada pela equipe de governo, que justifica suas posições indefinidas alegando a necessidade política de atender às prometidas ações de caráter social, em detrimento da modernização das Forças Armadas. Criando uma polêmica indesejável. E inexistente...

Mantido este clima de conflito, o futuro da Força Aérea está sob grave ameaça.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 21.08.00, e assinada pelo Brigadeiro L. N. Menezes.)

O GRANADEIRO EMPAREDADO

Há anos, em um fidalgo solar português, durante obras de remodelação do velho edifício, a picareta dos operários, ao derrubar uma parede, descobriu nela um esqueleto, vestido dos restos, ainda perfeitamente reconhecíveis, de um uniforme de granadeiro francês do tempo de Napoleão. A explicação óbvia: du-

rante a invasão de Portugal pelo Exército do General Junot, em 1807, o soldado separara-se de sua tropa e, introduzira-se no solar, na esperança de achar ali algum objeto de valor para furtar - prática seguida pelos Exércitos napoleônicos em todos os países por onde passaram, inimigos, amigos ou neutros. Fora surpreendido e morto pela gente da casa, movida pelo ódio que as populações civis de Portugal votavam aos invasores franceses. Para ocultar o fato e assim evitar represálias, o corpo fora escondido na espessura de uma grossa parede, só vindo a ser descoberto, fortuitamente, passado um século e meio.

É esse precisamente o destino que certos círculos políticos, e não dos menos influentes, parecem esforçar-se por dar às Forças Armadas do Brasil: emparedá-las, encapsulá-las, reduzi-las à imobilidade e ao silêncio, separá-las do corpo da cidadania nacional, privá-las do respeito e da consideração de que, através da História, sempre gozaram da parte dos governos e do povo.

Às vezes, atira-se-lhes um osso para roer – ossos tanto mais bem-vindos quanto a carne anda escassa ao ponto em que o Exército já começa a dar expediente a partir da tarde da segunda-feira, para não ter de fornecer o rancho do meio-dia; e comandantes de unidades estão dispensando os seus recrutas antes do rancho do almoço, por não ter o que lhes dar de comer, prejudicando assim, pela supressão das horas de instrução à tarde, a preparação dos futuros reservistas do Exército. O Brasil ocupa um dos últimos lugares entre os países do mundo a gastar dinheiro com suas Forças Armadas, menos de 0,7% do PIB nacional. Graças a essa sábia

parcimônia, a Força Aérea tem aeronaves paradas por falta de peças ou simplesmente de combustível e há mais de seis meses que a Esquadilha da Fumaça não escreve mais nos céus o nome do Brasil.

O propósito óbvio é o de negar às Forças Armadas qualquer presença, muito menos influência, na vida institucional da nação. Ainda há pouco tomavam assento no mais alto órgão deliberativo nacional, o Conselho de Ministros, cinco oficiais-generais: os ministros respectivos das pastas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o chefe do Gabinete Militar do presidente da República. Hoje, nenhum resta. Curiosamente, enquanto o Brasil afasta de seu Conselho de Ministros os militares, o Presidente Bush acaba de nomear para seu ministro das Relações Exteriores (*secretary of State*) um militar, o glorioso General Colin Powell, o vencedor da Guerra do Golfo contra o Iraque de Saddam Hussein. E já na década de 1980 o Presidente Reagan nomeara para dirigir a política externa dos Estados Unidos da América outro militar de carreira, o General Haig, ex-comandante das forças da OTAN na Europa, veterano das guerras do Vietnã e da Coréia.

Através de toda a nossa história, as Forças Armadas acompanharam com vigilante e clarividente patriotismo a marcha dos acontecimentos, sempre em um espírito de puro civismo, jamais com ambições próprias.

O Brasil inteiro, na década de 1920, acompanhou com emocionada simpatia o movimento profundamente patriótico, puro, democrático e liberal da jovem oficialidade dos *tenentes*, que eclodiu com

o admirável sacrifício dos *18 do Forte*, em 1922, prosseguiu com a rebelião de São Paulo em 1924 e a Coluna Prestes e triunfou finalmente com a vitória da Revolução de 1930, para levar ao poder não um chefe militar, mas um presidente civil, Getúlio Vargas.

Em 1935, elas esmagaram o levante comunista que se apoderou de duas grandes cidades, o Recife e Natal, e tentou assenhorear-se do Rio de Janeiro, então capital da República. Durante décadas, foi piedosa tradição uma visita das mais altas autoridades, inclusive o próprio presidente da República, no dia 27 de novembro de cada ano, ao túmulo dos oficiais mortos naquela, data, em 1935, no cumprimento do dever. Essa tradição está hoje significativamente abandonada e a data, outrora anualmente comemorada, é hoje passada sob silêncio. Em 1938, as Forças Armadas desbarataram a intentona integralista que pretendeu apoderar-se do Palácio Guanabara e da pessoa do presidente da República. Tive a honra de participar desse combate. A gloriosa participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das potências democráticas fortaleceu significativamente as convicções democráticas da oficialidade das Forças Armadas.

Em todas as crises institucionais nas quais elas foram chamadas a intervir, as Forças Armadas do Brasil agiram invariavelmente em estrita consonância, em sintonia total, com o sentimento e o desejo da Nação como um todo.

Agora, porém o revanchismo dos antigos adversários busca eliminar de quaisquer cargos de responsabilidade todos aqueles que, no passado, combateram

o terrorismo. Acusações, não apoiadas em qualquer prova, configuram atualmente uma verdadeira *caça às bruxas* e, pasmosamente, bastam para que sejam afastados de seus cargos funcionários com passado militar. Os militares sentem-se ostracizados, olhados com suspicácia hostil, como anacronismos redundantes. Isso é desconhecer a missão e a vocação, a razão de ser das Forças Armadas, que têm a responsabilidade pela segurança externa e interna do país, além da preservação de sua integridade institucional.

Arqueólogos do terceiro milênio, escavando as ruínas de Brasília, já então abandonada desde vários séculos como havendo sido o projeto mais insensato desde a Torre de Babel, talvez encontrem, encapsulados na espessura de alguma muralha, as formas mumificadas das três Forças Armadas do Brasil. A menos que a Nação e seus governos reconheçam as imensas reservas de capacidade profissional, de força moral, de civismo e de integridade de que as Forças Armadas dispõem para servir a pátria, e restituam à classe militar a consideração e o respeito a que fez jus através da nossa história.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 15.01.01 e assinado pelo Embaixador M. Pio Corrêa.)

OS PARTIDOS MILITARES

Na década de 60 do século passado, a Universidade de Dijon (França) promoveu um simpósio sobre *O Papel Extra-Militar das Forças Armadas no Terceiro Mundo*, com a participação de pro-

fessores universitários e cientistas políticos. Nenhum militar. Estudaram a América Latina, a Ásia, o Médio Oriente e a África. As conclusões do simpósio enfatizaram não serem as intervenções militares um fenômeno autônomo, apartado da realidade de uma dada sociedade e da complexidade de cada situação histórica, das relações entre as classes sociais e dos problemas do Estado. Já em 1979, Alain Rouquié, hoje embaixador da França no Brasil, dirigiu mesa redonda em Paris tratando da mesma tese. O Brasil foi tomado como exemplo privilegiado de sistema político sob domínio militar. Brasileiros infensos aos militares atuaram como analistas. Nenhum militar, outra vez.

Os estudos constam de uma publicação editada pela *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, em 1980, que um amigo adquiriu em Paris e me enviou. Nela, as Forças Armadas – diz o coordenador da mesa – não mais foram vistas como *o braço armado da classe média, cão de guarda das oligarquias, instrumento do capital estrangeiro ou poder moderador autônomo arbitrando as querelas civis*, mas como forças políticas. O Exército é *o ator permanente da vida pública há um século, banalizando sua participação mesmo que não haja exercido diretamente o poder senão raramente*. Seu desempenho vem desde o velho Exército de Deodoro e Floriano que estabeleceu a República em 1889, prosseguindo ao *pôr fim à República oligárquica em 30, permitir a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 37, depor Vargas em 45, opor-se em 1954 e 1961 às autoridades legais eleitas, a abandonar o papel tradicional de moderador para, em 1964, assumir o poder*.

As Forças Armadas seriam *verdadeiros partidos fundados por militares para agir na sociedade civil*. Daí o título: *Les Partis Militaires au Brésil*.

A nossa independência não gerou, como no resto da América do Sul, os caudilhos fardados das repúblicas nascentes. O Império nos preservou. Sob D. Pedro II, os militares debelaram as rebeliões armadas internas e venceram a guerra contra Solano Lopez, no Paraguai. Caxias, condestável do Império, não virou ditador. A proclamação da República, em 1889, de fato, deve-se ao *velho Exército de Deodoro e Floriano*. Foi, porém, a única intervenção militar sem apoio popular, mas logo que consolidado o regime é eleito presidente da República um civil, Prudente de Moraes. A Constituição de 1891 vai vigir até 1930, com poucas emendas.

Nilton Freixinho, um dos mais respeitadores historiadores de origem militar, prova que não foram os militares, como partido político, que puseram *fim à República oligárquica em 30. A revolução, afirma corretamente, foi feita no fundo, contra o Exército que, como instituição, mantinha-se dentro da legalidade constitucional. Em acontecimento único, na história das Forças Armadas do Brasil, os insurgentes venceram as resistências do estamento militar... As guarnições federais do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas e Nordeste pagaram com o sacrifício da própria vida o dever de defender a legalidade constitucional dos poderes então constituídos*.

A revolução resultou de uma conspiração essencialmente política, a que aderiram remanescentes do tenentismo derrotado em 22 e 24. A mais alta patente mili-

tar revolucionária foi um tenente-coronel: Góes Monteiro. Quanto a 1954, Getúlio não foi deposto, como afirma Jacques Lambert, em Dijon. Suicidou-se. Outra vez a política – leia-se basicamente Carlos Lacerda – está na raiz das causas. Também não foram as Forças Armadas que *se opuseram à autoridade legalmente eleita em 1954, mas a pequena minoria fardada, influenciada pela UDN*. Não teve êxito. JK governou por todo o seu mandato de cinco anos. Em 1961, os ministros recuaram para evitar a guerra civil, rendendo-se à farsa do parlamentarismo. E logo depois respeitariam a restauração do presidencialismo, vitorioso no plebiscito.

Estranho é que os estudos acadêmicos não responsabilizem os políticos na conquista dos militares para as intervenções. Prática que Castello Branco chamou de *vivandeiras dos quartéis*. Jacques Lambert reconheceu esse papel de proselitismo político na América Latina: *Os partidos inconformados com a derrota nas eleições – muitas delas fraudadas – os governos civis violadores das constituições e, mesmo, os que buscaram os militares para restabelecer a democracia esmagada por ditadores*. Em 1937, Getúlio deu o golpe denunciado por José Américo. Nunca foi um títere dos militares. 1945 foi o exemplo da intervenção militar para restaurar a democracia, como 1955 o foi para mantê-la. E ainda foi o caso de 1964, um consenso nacional cívico-militar-eclesiástico, que levou à deposição de João Goulart, com entusiástico apoio da massa popular.

Alain Rouquié teria razão em falar de *partidos políticos* entre 1964 e 1979, de Castello a Figueiredo, quando os Al-

tos Comandos indicavam ao Congresso os presidentes, o que o Senador Paulo Brossard, da tribuna livre, apelidava de *cerimônia de aclamação*. Houve até mais de um partido militar, dividindo-nos. Dai a justeza com que cita, em epígrafe, frase do General Hugo Abreu. A luta armada desencadeada pelos comunistas de várias facções só fez durar o autoritarismo. A Guerra Fria o inspirou. Nossos dirigentes perderam, com o tempo, o apoio da Igreja e permitiram vingar a intriga que jogou militares, mínima minoria populacional, contra a sociedade civil. Quanto aos políticos, vale a constatação de João Camilo de Oliveira Torres: *Naturalmente criticam as intervenções militares os que estão entre as vítimas. O mal reside em que são aplaudidas ou combatidas conforme o destinatário. Os discursos que estigmatizaram, ontem, tal atentado à Constituição poderiam servir, apenas mudando-se o nome das pessoas, a outros indivíduos do partido contrário, na intervenção seguinte...*

(Reprodução de matéria publicada no *Correio Brasiliense*, edição de 09.01.01, e assinada pelo Coronel Jarbas Passarinho, Presidente da Fundação Milton Campos.)

SOCIEDADE REFÉM

No clima de reação emocional – que não assegura sensatez – ao regime de 1964, os constituintes de 1987/88 produziram preceitos para o serviço público supostamente democráticos mas que se vêm manifestando como anti-sociais nas mãos do corporativismo, para o qual

a democracia é aferida pelo que oferece ao exercício de suas prerrogativas, entre elas o direito à sindicalização e à greve. Esta, *nos termos e nos limites definidos em lei complementar* até hoje não formulada, porque terá de implicar cerceamento gerador de reflexos negativos no mercado político-eleitoral, em que o servidor público tem peso.

Embora a sindicalização seja assegurada apenas aos civis, os policiais militares, que querem o *status* militar sem sujeição aos seus parâmetros, se valem de associações que funcionam como sindicatos, protagonizando reivindicações e conduzindo manifestações e paralisações incompatíveis com a lei e a condição militar, em geral com a complacência do poder público. Mas esse problema não é o escopo deste artigo, direcionado para o serviço civil.

O instituto da greve foi desenvolvido no século XIX como instrumento de apoio ao trabalho em seus confrontos com o capital, nos quais o trabalho e o capital ganham e/ou perdem e/ou conciliam interesses. A extrapolação do instituto para o serviço público não é condizente com esse jogo porque, ao menos sem a disciplina da lei reguladora, os servidores podem não ganhar tudo, quando suas pretensões são devaneios surrealistas, demagógicos, mistificadores, mas nunca perdem, quem perde sempre é o povo. Note-se que essas considerações se aplicam, com ressalvas peculiares ao hibridismo público/privado, ao corporativismo das empresas estatais, mas esse corporativismo vem perdendo força em razão da desestatização, da quebra de monopólios e da terceirização.

Na verdade, em se tratando de serviços essenciais – saúde, educação, segurança pública, receita, justiça, outros? –, o povo é, freqüentemente, refém de pressões corporativas; no Brasil as greves ocorrem hoje principalmente (inclusive com nuances agressivas ao povo) no serviço público. Acuado pelo potencial de agressão corporativa e inibido pelas injunções do mercado político-eleitoral e por interpretações pusilânimes, *politicamente corretas*, do direito democrático, é comum que o poder público se renda, sempre em detrimento da capacidade de conduzir políticas públicas.

Todas essas questões extrapolam o serviço público e se estendem aos serviços sob concessão, cujos preços ou tarifas são sujeitos a controle estatal, a exemplo do crítico transporte público de massa. Com uma agravante: as pretensões do trabalho são comumente estimuladas ou pelo menos toleradas pelo capital porque o repasse do aumento dos custos aos usuários ou consumidores em geral dá margem a alguma ampliação do lucro.

Resulta disso que, diante do recuo dos sindicatos tradicionais, estruturados sobre a economia industrial de massa, que cede terreno à *força*-industrial, menos vulnerável à mobilização sindical, o sindicalismo tende a depender do corporativismo público, embora algumas categorias, como a dos metalúrgicos, continuem com presença sensível nele. Essa tendência é clara na escolha de funcionários públicos como

hierarcas das centrais, de que é exemplo a recente eleição, de servidor público para a presidência da CUT, após dois decênios de presidentes oriundos da indústria.

Em suma: o serviço público está se transformando em problema para o Estado, o povo e a vida nacional. O aumento de 11,98% concedido a funcionários do Poder Judiciário que admitiam sua paralisação a poucos dias das eleições municipais é um sintoma claro. Foi afirmado à imprensa tratar-se de reposição de direito, não tendo havido pressão, o que seria a ameaça de seqüestro do direito do povo de exercer o ritual democrático hierarquizado pelos interessados abaixo de seus interesses, que não se efetivou porque foi pago o resgate preventivo?

A questão sugere uma conjectura. Suponhamos que o Brasil se veja confrontado com uma hipótese de ameaça bélica. O que dizer dos militares se, a poucos dias da provável concretização da ameaça, condicionassem o cumprimento de sua missão constitucional de defesa da pátria à concessão de aumento salarial? Os militares jamais cometeriam tamanho desatino mas o fato é que seria apenas uma manifestação apoteótica da cultura patrimonialista dominante no setor público, exacerbada pela Constituição de 1988.

(Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 15.10.00, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores.)